

Apresentação

É com grande alegria que apresentamos a 7ª edição (jul./dez. 2016) da Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, da Unesp. Os artigos aqui publicados confirmam o principal perfil da RIDH: divulgar a produção acadêmica de professores e alunos dos programas de pós-graduação em direitos humanos, em especial os de caráter interdisciplinares. Assim, estudos e pesquisas oferecem, neste número, reflexões sobre Direitos Humanos a partir de diversas áreas da pesquisa acadêmica: educação, história, políticas públicas, meio ambiente, saúde, direito, sociologia e relações internacionais.

Nesta edição, publicamos dois artigos internacionais (um em espanhol e outro em inglês), o que indica a inserção da revista no contexto acadêmico mais global.

* * *

Esta edição da RIDH 7 abre com três artigos sobre educação em direitos humanos. Em “*A educação em direitos humanos e a mediação de conflitos*”, Bárbara Diniz e Danúbia Régia, mestras em Direitos Humanos pela UnB, demonstram que a função emancipatória da EDH está essencialmente relacionada à função mediadora de conflitos na convivência escolar. Isso porque o empoderamento do sujeito pelo processo participativo na escola pressupõe a humanização das relações, confrontos democráticos.

Irândi Pereira e Mauro Mathias Junior apresentam, em “*A educação permanente em direitos humanos dos profissionais da socioeducação de adolescentes em conflito com a lei*”, reflexões a partir do resultado de pesquisas realizadas no campo da socioeducação. O objetivo principal é confrontar as diretrizes da Educação em Direitos Humanos com as práticas dos socioeducadores no atendimento de adolescentes em medidas de: ‘Internação’, ‘Semiliberdade’, ‘Prestação de Serviços à Comunidade’ e ‘Liberdade Assistida’. São analisadas também as propostas de formação continuada da Escola Nacional de Socioeducação da SDH da Presidência da República.

O artigo “*Educação em Direitos Humanos na formação de professores(as)*” de Talita Santana Maciel, traz um tema recorrente, porém um enfoque especial. Trata-se dos resultados da pesquisa, em andamento, em cujo recorte a autora buscou caracterizar diversas concepções dos professores da Educação Infantil para justificar a importância da Educação em Direitos Humanos na formação continuada.

A doutoranda Thyeles Moratti – em “*Direitos humanos: reflexões por um processo de descolonização*” – traz sua contribuição teórica ao debate sobre os direitos humanos, como instrumentos de justiça social e vida plena, que passa necessariamente pelo processo de descolonização cultural, dos povos latino-americanos, por exemplo. Como fundamentos dessa perspectiva, a autora destaca três conceitos: ‘trans-modernidade’, ‘ecologia dos saberes’ e ‘participação social democrática’.

Refletir sobre a construção histórica da identidade no negro é temática do artigo “*Opressão e alienação no discurso colonialista: a experiência do negro como identidade inferiorizada*”, de Fernanda Müller Corrêa. No seu estudo, a autora procura contrapor ao discurso iluminista dos filósofos modernos, que inferiorizou o negro para dominar, o pensamento de Charles Taylor e Franz Fanon, com as ideias de ‘reconhecimento’ e de ‘reestruturação do mundo’, como forma de combate ao preconceito e à violação de direitos humanos.

Outro olhar histórico para pensar (violações aos) os direitos humanos exercita Lúcia de Fátima Guerra Ferreira no estudo sobre o Tribunal Russell II, instalado na Itália, nos anos 70. O artigo “*O Tribunal Russell II e a voz da resistência à ditadura militar no Brasil*” mostra o papel fundamental desse Tribunal na revelação das violações dos direitos humanos pela ditadura militar brasileira, retomando parte de alguns depoimentos de vítimas, registrados na obra: BRASIL, violação dos direitos humanos - Tribunal Russell II (Editora da UFPB), de Lelio Basso.

O título do artigo de Juciane de Gregori, “*Reflexões sobre gênero e direitos humanos a partir do Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres*” já deixa claro o propósito do estudo, em que a autora analisa “cada versão do referido documento [2006, 2008, 2013], avaliando a relação entre o Estado e as demandas de garantia de direitos humanos das mulheres”. Apesar dos avanços, para Juciane, a “resolução da problemática da violência contra mulher ainda é uma incógnita”.

Qual a relação entre o meio ambiente e o racismo contra o negro? Esta é a questão central do texto: “*Racismo ambiental às comunidades quilombolas*”. Nele, Tauã Lima Verdian Rangel procura, no primeiro momento, mostrar esta relação com estudo conceitual e histórico sobre o ‘racismo ambiental’ diante modelo capitalista predatório de desenvolvimento. A seguir exemplifica o racismo ambiental na Comunidade Quilombola de Monte Alegre, em Cachoeiro de Itapemirim-ES, destacando a luta de resistência das mulheres negras do quilombo.

Em “*Hospitais de custódia, tratamento psiquiátrico e violação dos direitos humanos*”, Kalline Flávia Silva de Lira traz uma síntese do processo de desinstitucionalização dos doentes mentais com a progressiva extinção dos manicômios, locais em que prevale-

cia uma cultura de violação dos direitos humanos. Mesmo com os avanços a partir da lei 10.216/2001, a autora alerta que, em relação doente mental infrator pouca coisa mudou, nos denominados hospitais de custódia.

No artigo: “*Direito de morrer com dignidade: proteção à luz do direito internacional e nacional*”, Carolina Gladyer Rabelo e Thais Castelli revisitam o tema da eutanásia, sob o olhar do direito internacional, expresso nos tratados de proteção universal dos direitos humanos. Neste contexto, “o direito de morrer é analisado como um direito à dignidade da pessoa humana, ou, ainda, tanto a morte digna quanto a vida digna são vistos como direitos humanos”. Todavia constata-se que, no ordenamento jurídico internacional e nacional, a eutanásia infelizmente está ainda longe de um regramento que respeite a liberdade individual de escolha do ser humano.

O texto em espanhol: “*La exclusión como pérdida de la condición de ciudadanía y de los derechos humanos sociales básicos*” é uma contribuição teórica do professor Juan García Rubio da Universidade de Valencia, Espanha. Nele, o autor analisa “a exclusão social e a profunda relação com o conceito de cidadania e direitos sociais”. Isso porque o “o excluído está incluído na sociedade, mas não goza do estatuto de cidadania plena, não goza de direitos sociais básicos”. Com estes pressupostos, o professor Rubio analisa zonas intermediárias na complexidade dos conceitos de exclusão e inclusão.

Refletir sobre “*A atual crise migratória europeia à luz do pensamento de John Rawls*” é o propósito do artigo de Daniela Cristina Neves de Oliveira. A partir da teoria de justiça de John Rawls, sobretudo, das obras “Uma Teoria de Justiça” e “O Direito dos Povos”, a autora observa, no contexto da crise migratória, dois fatos relevantes: “a existência da diversidade cultural e, muitas vezes, em função dessa diversidade, o desrespeito à dignidade humana”. No foco da abordagem, há destaque para “a guerra civil na Síria e a ascensão do Estado Islâmico do Iraque e do Levante”.

A RIDH 7 fecha seu conjunto de artigos com uma contribuição em língua inglesa, vinda da Cátedra UNESCO de Filosofia pela Paz, Universidade Jaume I, Espanha. Os processos de ‘perdão’ e ‘reconciliação’ nas sociedades pós-conflitos são os temas centrais de “*On forgiveness and reconciliation in post-conflict societies: a philosophical perspective*”. No estudo filosófico, o professor Juan Manuel Jiménez Robles vê o perdão e a reconciliação como o caminho ético para instalar “sociedades mais pacíficas, onde a dignidade e os direitos de cada indivíduo são respeitados, e onde as pessoas são capazes de satisfazer suas necessidades, ao mesmo tempo que crescem e se desenvolvem como seres humanos”.

* * *

Na seção *Resenha*, Ludmila Cerqueira Correia apresenta o livro: “*Para um debate teórico-conceitual e político sobre os Direitos Humanos*”, de Antonio Escrivão Filho e José

Geraldo Sousa Junior, publicado pela Editora D'Plácido, em 2016. A obra contribui para o debate teórico sobre as concepções contra-hegemônicas de direitos humanos.

Os posicionamentos contidos nos artigos publicados são de responsabilidade dos autores.

Dezembro de 2016
Clodoaldo Meneguello Cardoso
Editor